

# 146 CVRD não tem interesse pela mineração em áreas indígenas

Nem a Companhia Vale do Rio Doce e nem as suas subsidiárias têm qualquer interesse em que seja assinada a portaria regulamentar do decreto que permite a mineração em áreas indígenas. E não é só isso: a empresa mantém inalterada a sua filosofia de que as reservas indígenas devem ser excluídas de todas as pesquisas e projetos de mineração, pelo menos até que se criem condições para uma aproximação não traumatizante entre brancos e índios.

Ao fazer essa declaração, ontem, pela manhã, o chefe da Província Mineral Norte da Docegeo em Belém, Breno Augusto dos Santos, endossou as preocupações manifestadas por antropólogos em relação a essa portaria, que já motivou a demissão do presidente da Funai, Jurandy Marcos da Fonseca, e ao mesmo tempo defendeu a Companhia Vale do Rio Doce das acusações que lhe foram dirigidas pela antropóloga Jane Beltrão, da Universidade Federal do Pará. Ele não citou nomes, referindo-se apenas genericamente à posição publicamente assumida por um grupo de antropólogos paraenses, mas deixou claro que, pelo menos no que diz respeito à Vale do Rio Doce, a acusação de que ela é a maior interessada em penetrar nas reservas indígenas é inteiramente falsa e imprecisa.

## Preocupação justa

Afirmou o chefe da Província Mineral Norte da Docegeo que a preocupação pelos antropólogos é justa e válida, já que toda e qualquer incursão em áreas indígenas deve cercar-se de cuidados especiais, dada a fragilidade da cultura indígena em relação à nossa. O perigo é ainda maior, conforme acentuou, porque reservas indígenas já foram ou estão sendo invadidas em vários locais antes mesmo de haver uma autorização oficial para a mineração nessas áreas. E vindo essa autorização, como prevê a portaria, o problema tende a se agravar muito mais, em sua opinião.

Breno lembra que, há cerca de dois anos atrás, foi assinada uma portaria interministerial determinando que as pesquisas e lavras em áreas indígenas somente seriam permitidas a empresas estatais federais. Em outras palavras: apenas a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) e a Companhia Vale do Rio Doce, através da Docegeo, estavam autorizadas a fazer pesquisas e lavras em áreas de ocupação indígena, excluindo-se desta forma as multinacionais, as empresas privadas e as atividades de garimpo. Como as estatais estão sujeitas ao controle do próprio governo,

destacou Breno que a adoção de tal medida trouxe na época uma certa tranquilidade e propiciou uma pausa oportuna para reflexões, com vistas à redefinição de uma política indígena mais justa e consentânea com a realidade brasileira.

Hoje, segundo ele, a lei já permite a qualquer empresa requerer pesquisas em área indígena, dependendo de concessão do alvará, pelo Departamento Nacional de Produção Mineral, de uma consulta prévia à Funai, que estuda caso a caso essas solicitações. No caso da pesquisa resultar positiva, repete-se o processo. Ou seja: antes de autorizar a lavra, o DNPM torna a ouvir a Funai, para saber se a atividade de mineração trará ou não malefícios à população indígena.

## Preservação das reservas

Isto, de qualquer forma, não vai alterar a conduta da Companhia Vale do Rio Doce/Docegeo, conforme ressaltou Breno Augusto dos Santos. Segundo ele, a empresa já tem uma posição firmada a respeito do assunto, uma posição que não é fruto de um sentimento pessoal dele, Breno, e nem sequer da diretoria da Docegeo, mas sim uma posição da própria diretoria da CVRD. Essa posição se baseia na tese de que, havendo, como efetivamente há, tantas áreas potencialmente favoráveis à existência de minérios, e onde é possível fazer pesquisas sem qualquer problema, não se explica e nem tampouco se justifica esse tipo de trabalho em servas indígenas.

Segundo Breno, há vários exemplos dessa filosofia adotada pela empresa. Ele apontou, como sendo o mais marcante de todos, o da área conhecida como Surucucu, no extremo norte de Roraima, densamente povoada pelos Yanomane.

Lá viviam cerca de 5 mil índios, distribuídos por várias aldeias, quando a área foi invadida, em 1976, por aproximadamente 600 garimpeiros, atraídos pela cassiterita, um minério abundante na região.

Esse contato entre brancos e índios, segundo Breno, foi simplesmente desastroso, degenerando a intimidade em violências sexuais contra as índias, brigas entre índios e garimpeiros e outros problemas graves, que obrigaram a Funai a interditar a área, com ajuda da FAB, apenas seis meses depois de iniciada a invasão.

A nível de cultura indígena, segundo ele, o trabalho garimpeiro transformou a área em uma verdadeira Biafra. A Funai

mandou para lá um sertanista que ele, Breno, lembra apenas chamar-se Bezerra, mas que, na sua opinião, constituiu-se num herói anônimo, entregando-se diligentemente à árdua e difícil tarefa de reeducar os índios para reincutir-lhes seus antigos hábitos e preservar sua cultura.

A nível político, o Ministério das Minas e Energia convocou a Vale do Rio Doce para fazer uma avaliação do potencial de cassiterita existente na área. E com um detalhe: a citada área já havia sido requerida pela CVRD, para realização de pesquisas, antes mesmo que ocorresse a invasão pelos garimpeiros.

Atendendo à solicitação do MME, a empresa enviou para lá um grupo reduzido de técnicos de alto nível e tomou todas as precauções para evitar que os trabalhos pudessem agravar as condições de vida da população indígena, já então bastante deterioradas em função da convivência com os brancos. Entre os cuidados adotados pela Vale do Rio Doce, Breno destaca a companhia de sertanistas designados pela Funai e a mobilização de recursos materiais para ajudar aos índios naquilo que fosse indispensável, incluindo assistência a nível de enfermagem.

Concluída a pesquisa, a companhia entendeu que, mesmo adotando-se cuidados extremos, sua atuação na área, com atividades de mineração, seria danosa e prejudicial aos índios. Baseada nessa conclusão, a presidência da Vale do Rio Doce enviou correspondência ao Ministério das Minas e Energia expondo o ponto de vista segundo o qual, embora fosse riquíssima em cassiterita, a área deveria ser preservada e ficar como reserva estratégica para o país. Segundo Breno, o pensamento que norteou essa decisão — duramente condenada, na época pelo próprio governador de Roraima — foi o de que não se justificaria a implantação de um projeto

Concluída a pesquisa, a companhia entendeu que, mesmo adotando-se cuidados extremos, sua atuação na área, com atividades de mineração, seria danosa e prejudicial aos índios. Baseada nessa conclusão, a presidência da Vale do Rio Doce enviou correspondência ao Ministério das Minas e Energia expondo o ponto de vista segundo o qual, embora fosse riquíssima em cassiterita, a área deveria ser preservada e ficar como reserva estratégica para o país. Segundo Breno, o pensamento que norteou essa decisão — duramente condenada, na época, pelo próprio governador de Roraima — foi o de que não se justificaria a implantação de um projeto de mineração naquela área quando a cassiterita poderia ser extraída de outras jazidas existentes na

Amazônia, e nas quais não se colocaria em risco qualquer comunidade indígena. "A empresa entendeu na época e continua entendendo hoje que nem nós, os brancos, e nem os índios estamos preparados para evitar o choque cultural", afirmou.

Outro exemplo mencionado por Breno foi o de uma área promissora para bauxita, próximo ao rio Pindaré, no Maranhão. Por estar ela situada dentro de uma reserva indígena, e ainda que excepcionalmente localizada, a Vale do Rio Doce preferiu ignorá-la, optando por fazer pesquisas em outras áreas.

No ano passado, uma equipe da Docegeo preparava-se para entrar no vale do Gurupi, na divisa Pará-Maranhão, para fazer pesquisas. Em consulta feita à Funai, a empresa foi informada de que havia ali conflitos entre índios e garimpeiros, o que tornava desaconselhável a incursão. A Docegeo desistiu de fazer a pesquisa, para não agravar a situação.

Outro exemplo citado por Breno é o dos Xikrins, que ocupam uma aldeia no vale do rio Caeté, alto Itacaiunas, na região de Carajás, situada a dois dias de distância, pelo rio, ou cerca de 20 minutos de helicóptero, do acampamento da empresa, à margem do Itacaiunas. Ele assegura que os funcionários da Docegeo têm contatos esporádicos mas cordiais com os índios, que vez por outra recorrem à ajuda da empresa quer por iniciativa própria, quer através da Funai.

## Não há interesse

Depois de expor esses fatos, Breno afirmou, taxativamente, que a assinatura da portaria, pela presidência da Funai, não desperta o menor interesse da Vale do Rio Doce. "Não pretendemos usufruir dos benefícios dela (da portaria)", acrescentou.

Ele admite, todavia, que, se no futuro, houver condições de trabalho em áreas indígenas, estabelecendo-se um consenso entre a Funai e os próprios antropólogos, de que esse trabalho não será danoso às populações indígenas, então a empresa poderá repensar a postura que adota hoje.

Breno confirmou que a Docegeo, como subsidiária da Vale do Rio Doce, tem efetivamente vários pedidos de pesquisa, muitos deles envolvendo áreas de ocupação indígena. "Mas nessas áreas não trabalharemos desde que haja a menor possibilidade de prejudicar o índio. E de certa forma estaremos preservando essas áreas de outros concorrentes que possam não ter os mesmos cuidados e os mesmos escrúpulos que nós temos", finalizou.